

# PARADIGMA DA INCLUSÃO E SUAS IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

Romeu Kazumi Sasaki<sup>1</sup>

## Envolvimento pessoal

O meu envolvimento pessoal com o tema “integração e inclusão” aconteceu a partir de 1947 e durante a década de 50, quando eu estudava nos cursos então chamados primário, ginásial e secundário. Nos cursos primário e ginásial, fui vizinho de carteira de um aluno chamado Ubirajara Fortes, que tinha deficiência física bem acentuada que o impedia de participar nas atividades recreativas da escola; ele mal conseguia segurar um lápis e foi durante nove anos o primeiro da classe em todas as matérias. Já no curso colegial, fui amigo de José Washington, um aluno com seqüela de pólio, que jogava bola conosco, mexia com todas as garotas e tirava notas médias como eu e por isso estudávamos juntos na casa dele para as provas.

Recuperei esta passagem da minha vida escolar somente depois que me tornei um profissional na área das deficiências e então pude avaliar o quanto aquela experiência de conviver com duas pessoas que tinham deficiência tão diferente uma da outra havia moldado a minha visão sobre as possibilidades de sua integração na sociedade. O conceito de inclusão ainda não era conhecido nas décadas de 60 e 70. Outros conceitos envolvendo pessoas com deficiência são tratados em um outro texto (Sasaki, 2002a)

## Envolvimento profissional

O meu envolvimento profissional com o tema “integração e inclusão” começou em 1960, quando entrei para o campo da reabilitação de pessoas com deficiência. Naquele ano, o campo da reabilitação já estava com 15 anos de experiência, portanto com bastante conhecimento acumulado no que se referia aos métodos

---

<sup>1</sup> Especialista em aconselhamento de reabilitação, consultor de inclusão e autor do livro “Inclusão: Construindo uma sociedade para todos”

e técnicas de cada especialidade, mas muito incipiente na prática da integração social, seja na família e na escola, seja no trabalho e na comunidade.

Na condição de conselheiro de reabilitação profissional, atuei mais fortemente no processo de integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A bandeira da integração, nas décadas de 60 e 70, era exatamente a de apresentar às empresas as pessoas deficientes capazes de desempenhar funções competitivas. Nessa mesma época, quando as escolas especiais e as classes especiais se expandiam, a prática da integração escolar em classes comuns também seguia o modelo médico da deficiência adotado pela reabilitação profissional, ou seja, somente as pessoas deficientes mais capazes eram aceitas nas escolas comuns.

## **Impacto dos movimentos de pessoas com deficiência sobre a sociedade**

A partir de 1979 até os dias de hoje, venho participando de movimentos dirigidos por pessoas com deficiência, por meio de associações e centros de vida independente. Estes movimentos foram responsáveis pelo despertar da consciência da sociedade em geral a respeito dos direitos das pessoas com deficiência à educação, ao trabalho etc. Esses movimentos foram os pioneiros em apontar as formas injustas pelas quais as pessoas com deficiência eram tratadas na hora em que procuravam ter acesso aos bens e serviços garantidos por esses direitos. E eles foram também pioneiros em alertar para a necessidade de mudanças radicais na sociedade, quando em 1981 publicaram a Declaração de Princípios da Disabled Peoples' International (DPI) e implementaram o Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

## **Fases da educação para pessoas com deficiência**

A história da atenção educacional para pessoa com deficiência passou pelas fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão.

Fase de exclusão: Nesta fase, nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiência. Estas eram consideradas indignas de educação escolar.

Fase de segregação institucional Por absoluta impossibilidade de acesso às escolas comuns por parte das crianças e jovens deficientes, suas famílias se uniram para criar escolas especiais. Hospitais e residências eram também utilizados como locais de educação especial.

Fase de integração Crianças e jovens mais aptos eram encaminhados às escolas comuns, classes especiais e salas de recursos.

Fase de inclusão Todas as pessoas são incluídas nas salas comuns. Os ambientes físicos e os procedimentos educativos são adaptados para acomodar a diversidade do alunado. As escolas levam em consideração as necessidades de todos os alunos.

## **Essência da integração**

Participando desses movimentos, pude aprender a identificar barreiras atitudinais, arquitetônicas e programáticas presentes na escola, no mercado de trabalho, no lazer e demais setores da sociedade. A criação e a implementação de soluções para tais barreiras foram mostrando a todos os militantes que a prática da integração, tão defendida durante tantos anos, ocorria e ainda ocorre de três formas (*in* Sasaki, 1997, p. 34-35):

- Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa comum, do clube comum etc.
- Pela inserção daqueles portadores de deficiência que necessitavam ou necessitam alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas sem deficiência.

- Pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: escola especial junto à comunidade; classe especial numa escola comum; setor separado dentro de uma empresa comum; horário exclusivo para pessoas deficientes num clube comum etc. Esta forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa.

Nenhuma destas formas de integração social satisfaz plenamente os direitos de todas as pessoas com deficiência, pois a integração pouco exige da sociedade (escolas, empresas etc.) em termos de modificação de atitudes, de espaços, de objetos e de práticas sociais. No modelo integrativo, a sociedade, praticamente de braços cruzados, aceita receber pessoas com deficiência desde que estas sejam capazes de:

- moldar-se aos requisitos dos serviços especiais separados (classe especial, escola especial etc.);
- acompanhar os procedimentos tradicionais (de trabalho, escolarização, convivência social etc.);
- contornar os obstáculos existentes no meio físico (espaço urbano, edifícios, transportes etc.);
- lidar com as atitudes discriminatórias da sociedade, resultantes de estereótipos, preconceitos e estigmas;
- desempenhar papéis sociais individuais (aluno, trabalhador, usuário, pai, mãe, consumidor etc.) com autonomia mas não necessariamente com independência.

Vista de outra maneira, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que a pessoa com deficiência deve procurar tornar-se mais aceitável pela comunidade. A integração sempre procurou diminuir a diferença da pessoa deficiente em relação à maioria da população, através da reabilitação, da educação especial e até de cirurgias, pois ela partia do pressuposto de que as diferenças constituem um obstáculo, um transtorno que se interpõe à aceitação social.

O mérito da proposta da integração está no seu forte apelo contra a exclusão e a segregação de pessoas com deficiência. Todo um esforço é envolvido no sentido de promover a aproximação entre a pessoa deficiente e a escola comum, entre a pessoa deficiente e a empresa comum e assim por diante. Mas sempre com a tônica da responsabilidade colocada sobre as pessoas com deficiência no sentido de se prepararem para serem integradas à sociedade (às escolas comuns, às empresas etc.). Neste caso, a sociedade é chamada a deixar de lado seus preconceitos e aceitar as pessoas deficientes que realmente estejam preparadas.

## **Surgimento do paradigma da inclusão**

Poderíamos dizer que a semente da inclusão foi plantada pela DPI (no Brasil, conhecida como a Organização Mundial de Pessoas Portadoras de Deficiência), uma organização não-governamental criada por líderes com deficiência, quando em sua Declaração de Princípios, de 1981, definiu o conceito de equiparação de oportunidades (citado por Driedger & Enns, 1987):

“o processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação [grifo meu] e trabalho, e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitos acessíveis para todos. Isto inclui a remoção de barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas estas áreas, permitindo-lhes assim alcançar uma qualidade de vida igual à de outras pessoas.” (Sassaki, 1997, p. 39)

Desde então, vários outros documentos internacionais (por exemplo, o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência, em 1983, e as Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, em 1994, ambos da Organização das Nações Unidas, e a Declaração de Salamanca, em 1994, da Unesco) têm enfatizado esse conceito, dando assim início à conscientização da sociedade sobre o outro lado da inserção, o lado da necessidade de modificarmos a

sociedade (escolas, empresas, espaços urbanos etc.) para as necessidades das pessoas. Os dois primeiros documentos tratam de todos os aspectos da atividade humana, incluindo a educação, e o terceiro é todo dedicado à educação inclusiva.

Os praticantes da filosofia da inclusão se baseiam no modelo social da deficiência. Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento (por meio da educação, reabilitação etc.) das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito, como se estas pessoas precisassem pagar ingressos para poderem fazer parte da sociedade (das escolas comuns, das empresas comuns etc.).

## **Modelo social da deficiência**

O modelo social da deficiência, elaborado basicamente por entidades de pessoas com deficiência, aponta as barreiras da sociedade (escola, empresa etc.) que impedem o desenvolvimento das pessoas e sua inserção social (inclusão escolar, inclusão profissional etc.). Essas barreiras se manifestam por meio de: seus ambientes restritivos; suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosa que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças; seus discutíveis padrões de normalidade; seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico; seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea; sua quase total desinformação sobre necessidades especiais e sobre direitos das pessoas que possuem essas necessidades; suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana (escolas, empresas, locais de lazer, transportes coletivos etc.).

## **Transição da integração escolar para a inclusão escolar**

Enquanto processos sociais, a integração escolar e a inclusão escolar são ambos muito importantes. O que todos desejamos é a construção de escolas inclusivas. Para tanto, contudo, o processo de integração terá uma parte decisiva a cumprir, cobrindo situações nas quais ainda haja resistência contra a adoção de medidas inclusivistas nas escolas. De fato, nem todos os alunos com deficiência necessitam

que a escola seja modificada, pois alguns estão aptos a se integrarem na escola como esta se encontra. Mas as outras pessoas com necessidades especiais não poderão participar plena e igualmente da escola se esta não se tornar inclusiva.

Estamos na fase de transição de um paradigma para outro. Assim, é inevitável que as duas palavras (integração e inclusão) sejam faladas e escritas com diversos sentidos por diferentes pessoas:

- Algumas pessoas utilizam as palavras integração e inclusão, já em conformidade com a moderna terminologia do paradigma da inclusão social, ou seja, com sentidos distintos: a integração significando "inserção do aluno com deficiência preparado para conviver na escola regular" e a inclusão significando "modificação da escola como um pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar sua escolarização e exercer a cidadania".
- Outras pessoas utilizam as palavras integração e integração total ou plena, da seguinte forma: a integração com o sentido de "inserção do aluno com deficiência preparado para conviver na escola regular" e a integração total correspondendo ao moderno conceito de inclusão, sem no entanto usarem a palavra inclusão. Este é o caso da maioria dos trabalhos acadêmicos, científicos ou técnicos publicados até aproximadamente 1994, ano em que saiu o primeiro documento internacional que aborda extensamente o conceito de inclusão nos sistemas educacionais: a Declaração de Salamanca.
- Ainda outras pessoas utilizam apenas a palavra integração, tanto no sentido de integração como no de inclusão, nunca porém usando as palavras inclusão e integração total.
- Há também pessoas que utilizam indistintamente os termos integração, integração total e inclusão, ou seja, como se fossem

sinônimos, todos significando uma única coisa: “inserção do aluno com deficiência preparada para conviver na escola regular”.

## **Alguns princípios da inclusão escolar**

O movimento de inclusão escolar começou incipientemente por volta de 1985 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 90 naqueles países e também em países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século 21 envolvendo todos os países.

Este movimento tem por objetivo a construção de uma escola realmente aberta para todas as pessoas, sob a inspiração de princípios, tais como: celebração das diferenças individuais, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, contribuição de cada aluno, aprendizado cooperativo, solidariedade humanitária, igual importância das minorias em relação à maioria, cidadania com qualidade de vida.

## **Educação inclusiva na prática**

O mundo caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. Sinais desse processo de construção são visíveis com frequência crescente, por exemplo nas escolas, na mídia, nas nossas vizinhanças, nos recursos da comunidade e nos programas e serviços.

Muitos países já adotaram a abordagem inclusiva em suas escolas e o Brasil já começou a buscar o seu caminho, mesmo com pouca ajuda técnica ou financeira, porém com grande determinação por parte de alguns diretores, professores e pais, assim como de alguns secretários estaduais e municipais de educação.

Os resultados ainda são pequenos porém crescentes e animadores. A cada dia que passa, fico sabendo de mais um grupo de pessoas neste imenso país desejando conhecer e aplicar a filosofia e a metodologia da inclusão escolar, partindo do pressuposto de que todos os jovens e as crianças, com ou sem deficiência, têm o direito de estudar juntos para crescerem como cidadãos felizes e capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. É bastante visível o crescente movimento inclusivista, alimentado pela adesão de setores da sociedade (escolas, associações, empresas, órgãos governamentais, instituições especializadas, mídia etc.) aos princípios da inclusão social.

Posso citar, apenas a título de ilustração da referida adesão, as Secretarias de Educação de Goiás, do Paraná e de Minas Gerais, com as quais estou envolvido como consultor de inclusão nas áreas de educação escolar e de educação profissional. Nesses estados, a exemplo do que ocorre em milhares de municípios brasileiros, as escolas regulares estão se transformando em unidades inclusivas enquanto escolas especiais vão se tornando centros de apoio e capacitação para professores, profissionais e demais componentes dos sistemas escolares. Ao mesmo tempo, estão sendo implementadas as mais diversas medidas de adequação dos sistemas escolares às necessidades dos alunos, ressaltando-se entre outras a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais, a modificação nas estratégias de ensino e aprendizagem, a aplicação da teoria das inteligências múltiplas, as adaptações de recursos didáticos e a introdução de tecnologias (assistiva, de informática, de locomoção etc.).

Comprova este crescimento do movimento da educação inclusiva uma amostra de 250 publicações, em língua portuguesa, de livros, artigos de revista, matérias de jornal, apostilas e outros formatos com textos sobre projetos de escolas inclusivas, práticas inclusivas em salas de aula etc. (Sassaki, 2002b).

Após conhecer a inclusão, não consigo imaginar a volta da sociedade para práticas não-inclusivas. Felizmente, a inclusão é um processo mundial irreversível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DRIEDGER, D., ENNS, H. *Declaración sobre equiparación de oportunidades*. Estocolmo: Disabled Peoples'International, jan. 1987.

NAÇÕES UNIDAS. *Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência*. São Paulo: CVI-AN/Apade, 1996.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, ano 5, nº 24, jan./fev. 2002a, pp. 6-9.

\_\_\_\_\_. O processo de inclusão escolar: Bibliografia parcial em português. São Paulo: 2002b (apostila).

\_\_\_\_\_. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. *The Salamanca Statement and framework for action on special needs education*. [Conhecida como a Declaração de Salamanca, adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, em 7-10 de junho de 1994] Genebra: Unesco, 1994.

UNITED NATIONS. *World Programme of Action concerning Disabled Persons*. Nova York: United Nations, 1983.